

Roteiro dos Slides Parte II

1. Capa: História do Movimento Operário e suas correntes

2. Parte II: o Reformismo na Época Imperialista

3. Friedrich Engels e a II Internacional, 1889-1916

- A Segunda Internacional (1889-1916) foi uma organização dos partidos socialistas e operários criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889. Do congresso participaram delegações de vinte países.

“Em 1889. Celebrou-se, na França, o centenário da Revolução Francesa. Sessenta e nove congressos internacionais se realizaram simultaneamente com a Exposição Mundial organizada em Paris pelo governo francês. Um deles foi marcado pelos socialistas alemães e organizado pelos guesdistas (seguidores de Jules Guesde). Esse foi o primeiro congresso da II Internacional. Nele se definiram duas questões práticas: foi feito um chamado aos trabalhadores para apoiar um programa por uma legislação internacional do trabalho (contra os que sustentavam que ‘a legislação trabalhista é incompatível com os princípios socialistas’) e se decidiu apoiar a luta pela jornada de oito horas de trabalho que a Federação Norte-americana do trabalho (AFL) realizava. Ainda que a AFL não estivesse presente no Congresso, havia enviado uma saudação solicitando apoio para a sua campanha que estava sendo preparada para começar em primeiro de maio de 1890. O Congresso decidiu organizar nesse dia uma demonstração internacional a favor da jornada de oito horas.” Alicia Sagra, *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora Jose Luís e Rosa Sundermman, 2005.

4. A Segunda Internacional e a questão da mulher, Clara Zetkin

- Em 26 de agosto de 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada na Casa do Povo (*Folket Hus*), em Copenhage, Clara Zetkin propôs, com Alexandra Kollontai, a criação do Dia Internacional da Mulher, como uma jornada anual de manifestação pelo direito de voto para as mulheres, pela igualdade dos sexos e pelo socialismo. O primeiro Dia Internacional da Mulher foi comemorado em 19 de março de 1911. Posteriormente, a comemoração passaria a ocorrer no dia 8 de março. Depois de ter sido membro da ala esquerda do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) até 1917, juntou-se ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD) (pacifistas) filiando-se à corrente revolucionária representada pela Liga Spartacus, de cuja criação, em 1915, Clara Zetkin participou, com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. A Liga Spartacus daria origem, durante a Revolução Alemã de 1918-1919, ao Partido Comunista da Alemanha (KPD), pelo qual Clara Zetkin seria eleita deputada no *Reichstag*, durante a República de Weimar (1919 – 1933). Como membro da Liga, Zetkin participou de numerosas ações pacifistas, o que lhe rendeu várias detenções e, finalmente, a prisão. Dentre essas ações, destaca-se a organização de uma conferência da Internacional Socialista de Mulheres, realizada em Berna, 1915, quando mulheres de todos os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial declararam "guerra à guerra", conforme os princípios originais da Internacional Socialista.

“(…) Se a I Internacional significou a conquista da vanguarda proletária para o marxismo, a II Internacional ganhou milhões de trabalhadores para as suas concepções. (...) Em relação à questão da mulher, a luta por direitos democráticos – como igualdade política, direito de filiação a partidos e direito de voto – foi a que mais agitou a II Internacional. Iniciada nos Estados Unidos, a luta sufragista foi a primeira luta feminista internacionalista, pois envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou os métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas massivas, assembleias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitas ativistas foram presas e assassinadas. No campo socialista, a luta sufragista foi dirigida pela II Internacional, dividida entre reformistas, que defendiam o direito de voto apenas para os homens (eles achavam que as mulheres votariam nos partidos católicos reacionários), e marxistas, defensores do voto para todos. A dirigente política marxista mais importante da II Internacional e também da III foi Clara Zetkin, membro do SPD (Partido Social Democrata Alemão). No Congresso de Stuttgart, em 1907, ela defendeu a posição dos marxistas, que saiu vencedora. E a Internacional Socialista se lançou em uma campanha internacional pelo sufrágio feminino, com mobilizações em diversos países. O partido mais importante da II Internacional era o SPD. Em 1891, ano em que a ala esquerda conseguiu aprovar um programa basicamente marxista, o partido passou a exigir direitos políticos para todos, independentemente do sexo, e a abolição de todas as leis que discriminavam a mulher. Na década de 1890, o SPD se concentrou, em primeiro lugar, na organização sindical das mulheres, e obteve algumas conquistas importantes. Em 1896, por proposta de Clara Zetkin, o partido aprovou uma resolução para iniciar o desenvolvimento de organizações especiais para uma atividade política mais ampla entre as mulheres. Além de trabalhar pelos objetivos gerais do partido, concentraram-se em bandeiras feministas, como igualdade política, licença-maternidade, legislação de proteção para a mulher trabalhadora, educação e proteção para as crianças e educação política para as mulheres. Até 1908, na maior parte da Alemanha as mulheres eram proibidas de se filiar a qualquer grupo político. Para burlar isso, o SPD organizou dezenas de “sociedades para a autoeducação das trabalhadoras”, organizações livres que estavam parcialmente fora dos limites do partido, mas estreitamente ligadas a ele. De 1900 em diante, organizaram-se conferências bianuais de mulheres socialistas para unificar esses grupos e dar-lhes uma direção. Depois de 1908, as mulheres passaram a se filiar legalmente ao SPD e se integraram aos organismos do partido. Mas continuaram mantendo seu próprio jornal, Igualdade, dirigido por Clara Zetkin, que chegou a ter uma circulação de mais de 100 mil exemplares até 1912. Passaram a ter uma representação proporcional em todos os organismos permanentes do partido, e aquelas que eram membros dos organismos eram eleitas em reuniões de mulheres. Não que esse seja um modelo organizativo definitivo, mas demonstrou um esforço do SPD para superar os problemas colocados pela exigência de organizações independentes de mulheres e de um único partido revolucionário da classe operária, em cujo seio não existem cidadãos de segunda classe e onde todos os membros têm os mesmos direitos e obrigações.” Cecília Toledo (artigo sobre Clara Zetkin, site da Lit)

5. Artigo de Bernstein em Defesa de Oscar Wilde

- Em um artigo publicado em 1895, na revista Die Neue Zeit do Partido Socialdemocrata Alemão, Eduardo Bernstein – um de seus principais dirigentes – escreveu em defesa de Wilde que não podia perseguir a homossexualidade como algo antinatural já que não há

quase nada na atividade dos seres humanos que seja natural.”. E, além disso, destacava que as opiniões sobre o que é natural ou antinatural para os seres humanos são históricas, isto é, refletem o nível de desenvolvimento da sociedade. Também denunciou que considerar a homossexualidade como uma doença era outra forma de moralismo. Bebel além, ao reivindicar que a descriminalização da prática homossexual deveria ser também aplicável às mulheres: “o que é válido para um sexo, deve ser válido para o outro” (Bebel, 1898)

Oscar Wilde, nasceu em Dublin, Irlanda, em 16 de outubro de 1854. Filho de um médico, Sir William Wilde e de uma escritora, Jane Francesca Elgee, defensora do movimento da Independência Irlandesa, Oscar sempre esteve no meio de grandes intelectuais da época. Em 1876 ganha o prêmio em literatura grega e latina, no Magdalen College e publica a primeira poesia, versão de uma passagem de As Nuvens de Aristófanes, intitulada O coro das Virgens das Nuvens. Wilde saiu de Oxford em 1878, logo após ter ganhado o prêmio “Newdigate” com o poema “Ravenna”. Em 1882 foi convidado a ir aos Estados Unidos para falar sobre o seu recém criado Movimento Estético, com as ideias de renovação moral. Defendia o “belo” como única solução contra tudo o que considerava maléfico à sociedade. No entanto, quando vai para Paris em 1883 resolve abandonar seu movimento estético e passa a se dedicar a literatura. Em 1884 casa-se com Constance Lloyd, tendo 2 filhos. É a partir do ano de 1892 que o sucesso de Oscar Wilde alcança as maiores proporções, com uma série de histórias que hoje são considerados clássicos da dramaturgia britânica, sendo eles: O retrato de Dorian Dray (1891), O leque de Lady Windermere (1892), Uma Mulher sem Importância (1893), Um Marido Ideal e A importância de ser Prudente (ambas de 1895) entre outras publicações. Em 1891, Oscar Wilde conheceu um jovem de 20 anos chamado Alfred Bruce Douglas, um lorde, filho do marquês de Queensberry. Existia na Inglaterra, amparado por uma lei promulgada em 1533 no Código de Henrique VII, o delito de homossexualidade cuja pena poderia variar de trabalhos forçados a prisão perpétua. O Marquês de Queensberry, pai de Alfred, ameaçou deserdá-lo e fazer um escândalo público caso continuasse a relação com Wilde. Perseguiu publicamente Wilde, que na companhia de seu amigo Robert Ross, em 01 de março de 1895, encontrou-se com o procurador Trevers Humphreys, o qual, após analisar o caso, pediu um mandado de captura contra o Marquês. O Marquês admite os fatos e é liberado mediante o pagamento de fiança, com nova audiência marcada para 09 de março. O julgamento começou a tomar rumos ruins para Wilde, uma vez que o Marquês tinha contratado um detetive para documentar a relação homossexual entre Wilde e Alfred Douglas. Além disto, utilizou-se de vários depoimentos de prostitutos masculinos como testemunhas, que demonstravam as relações homossexuais de Wilde. Mediante esta situação, Oscar Wilde aceitou o conselho de seu advogado e retirou a queixa. Tarde demais. Com as provas recolhidas durante o julgamento, o Marquês de Queensberry procurou o procurador geral, Hamilton Cuffe, o qual após analisar a documentação decidiu apresentar a acusação. Oscar Wilde então é preso. Foi libertado em 19 de maio de 1897. Oscar Wilde e Alfred Douglas se reencontraram em Agosto de 1897, vivendo juntos em Nápoles, mas pela pressão exercida contra eles acabaram por se separarem. Wilde passou a morar em Paris e a usar o pseudônimo Sebastian Melmoth, sempre defendendo “*o amor que não ousa dizer o nome*”, a homossexualidade como forma de mais perfeita afeição e amor. Morreu pobre, às 9h50 do dia 30 de novembro de 1900, em Paris, após um violento ataque de meningite (agravado pelo álcool e pela sífilis).

6. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

- Em 1915, após o SPD apoiar a participação alemã na Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo fundou, ao lado de Karl Liebknecht, a Liga Espartaquista. Em 1º de janeiro de 1919, a Liga transformou-se no KPD. Em novembro de 1918, durante a Revolução Espartaquista, ela fundou o jornal *Die Rote Fahne (A Bandeira Vermelha)*, para dar suporte aos ideais da Liga. Expressando questões centrais no debate da social democracia alemã da época, ela escreve *Reforma ou Revolução?*, em 1900. No livro, uma crítica ao revisionismo da teoria marxista feito por Eduard Bernstein, Luxemburgo explicava que a teoria de Bernstein "tende a nos aconselhar a renunciar à transformação social, a meta final da social-democracia e, inversamente, fazer das reformas sociais, meios da luta de classes, o seu objetivo". Trechos desta obra serão lidos nos grupos.

7. Eduard Bernstein, “O movimento é tudo” e Kautsky

- Eduard Bernstein assentou as bases teóricas para o revisionismo do marxismo. Habilitando a colaboração com a burguesia liberal e o abandono da luta pelo socialismo, trocando-a pela “ampliação da democracia” de forma gradual nos marcos do Estado capitalista. Na França, foi Millerand quem levou estas posições até o final no plano prático-político.

“Rosa Luxemburgo em seu folheto “Reforma ou Revolução” (1889) explicava a posição marxista sobre esta relação: “A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação dos operários no marco da ordem social vigente e por instituições democráticas, oferece à socialdemocracia o único meio de participar da luta da classe operária e empenhar-se no sentido de um objetivo final: a conquista do poder político e a supressão do trabalho assalariado”. Porém, em relação a este tema, os marxistas tiveram que combater, dentro da Segunda Internacional, dois desvios igualmente prejudiciais: o oportunista e o sectário. A ala oportunista, apoiando-se no fato de que as condições objetivas ainda não estavam maduras para a revolução, buscaram fazer da luta por reformas a essência do movimento socialista. Este ponto de vista foi formulado por Bernstein da seguinte maneira: “O objetivo final seja qual for, é nada; o movimento é tudo”. Em sua resposta Rosa Luxemburgo dizia: “entre a reforma e a revolução social existe, para a socialdemocracia, um vínculo indissolúvel. A luta pelas reformas é o meio; a revolução social, o fim.” (Reforma ou Revolução). Os sectários cometiam o erro oposto. Eles se opunham por princípio à luta por reformas com o argumento de que as reformas tendem a reconciliar com o capitalismo, e por isso são um obstáculo para a luta revolucionária pela emancipação. Nas disputas políticas contra estas tendências, os marxistas saíram vitoriosos. Contra os oportunistas insistiram sobre a necessidade de impulsionar a luta pela conquista do poder, com o objetivo de suprimir o capitalismo e estabelecer o socialismo. Contra os sectários e ultra esquerdistas, insistiram na necessidade de lutar pelas reformas e de utilizar as instituições democráticas e parlamentares para educar e organizar os trabalhadores. A luta entre marxistas e oportunistas não se deu só a nível teórico, senão que se expressou no nível das políticas concretas. Na França, a luta chegou ao máximo quando Alexander Millerand, membro do Partido Socialista Independente, aceitou em 1889 o cargo de ministro da indústria no governo burguês. Era a primeira vez que um dirigente socialista entrava em um governo burguês. Millerand justificou sua ação com o argumento de que tinha que defender a democracia frente à ameaça monarquista e bonapartista. A luta contra a traição de Millerand levou à

*divisão, entre as alas direita e esquerda, do Partido Socialista Francês. No partido alemão existiam três alas (que também estavam na II Internacional): a esquerda (as principais figuras eram Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin), a direita (Bernstein, Vollmar) e o centro representado por Bebel e Kautsky que dirigiam o partido. Nesta polêmica, a esquerda e o centro atuaram juntos e derrotaram politicamente os revisionistas dirigidos por Bernstein e Vollmar. No congresso da social-democracia alemã realizado em Dresden em 1903, foi votada uma resolução que dizia: “O congresso condena terminantemente os esforços dos revisionistas para mudar a linha tática que se provou com êxito no passado e que deriva da idéia da luta de classes, substituindo a política de conquistar o poder derrotando nossos inimigos por uma política de concessões à ordem atual (...) Estas táticas revisionistas inevitavelmente mudariam o caráter de nosso partido (...) de um movimento que luta para substituir o mais rapidamente possível a atual sociedade burguesa por uma sociedade socialista passaria a ser um grupo satisfeito em reformar a sociedade burguesa.” “O congresso declara: (...) que o Partido Social-democrata não pode lutar por uma cota de poder dentro do governo da sociedade burguesa. Além disso, o congresso condena todos os esforços para conciliar os atuais e crescentes antagonismos entre as classes, para facilitar a cooperação com os partidos burgueses.” (...)” Alicia Sagra, *História das Internacionais Socialistas*.*

8. Alexandre Millerand

- Alexandre Millerand entrou para a história como o primeiro ministro socialista em um governo capitalista. Nomeado ministro do Comércio e Indústria no governo do radical Pierre Waldeck-Rousseau, exerceu esse cargo executivo em um governo capitalista, o que gerou um intenso debate entre os membros da Segunda Internacional. Enquanto Jean Jaurés justificou a entrada de Millerand ao governo (ainda que depois de alguns anos muda de posição), foi Rosa Luxemburgo que se colocou contra de forma contundente e polemizou com essa política oportunista, o “parlamentarismo socialista”. Finalmente, Millerand foi expulso do Partido Socialista francês em 1904 por suas políticas conservadoras.

Para os socialistas franceses da época, a justificativa da entrada de Millerand no governo burguês era a “defesa da República” contra um possível golpe monárquico, pouco depois do “Caso Dreyfus” se converter em comoção pública na França. Um argumento que ao longo do século XX voltaria a se repetir, quando se justificam as políticas da Frente Popular e aliança com a burguesia “em defesa da democracia contra o fascismo”. No artigo “Uma questão de tática”, publicado em julho de 1899, Rosa Luxemburgo relaciona a tática do parlamentarismo com a com a concepção oportunista de Bernstein de “introdução gradual do socialismo”. Esta concepção oportunista gradualista se contrapõe ao ponto de vista revolucionário, desde onde a destruição do capitalismo e o Estado burguês é pré-condição da transição ao socialismo. Sendo o objetivo final a destruição do Estado capitalista, o meio adequado para essa tarefa é a luta de classes e as posições que ocupam os socialdemocratas nas instituições democrático-burguesas somente servem se permitem desenvolver essa luta de classes. “Se, pelo contrário, se parte do ponto de vista de que a introdução do socialismo somente pode ser considerada depois da destruição do sistema capitalista, e que a atividade socialista, se reduz agora a preparação objetiva e subjetiva desde este momento da luta de classes, se elabora a questão de outra maneira. Está claro que a socialdemocracia, para levar a cabo uma ação eficaz, deve ocupar todos

os postos disponíveis no Estado atual e deve ganhar terreno em todas as partes. Mas sempre tendo como condição que estas posições permitam desenvolver a luta de classes – a luta contra a burguesia e seu Estado.” E é então quando Rosa Luxemburgo estabelece um diferencial fundamental entre integrar um parlamento em um estado capitalista e ocupar o governo em um Estado capitalista. “No entanto, para este ponto de vista, há uma diferença essencial entre as legislaturas e o governo de um Estado burguês. Enquanto que no Parlamento, os eleitos pelos trabalhadores não buscam fazer valer suas reivindicações, ao menos poderiam continuar a luta persistindo em uma postura de oposição. No governo, pelo contrário, se encarrega de fazer cumprir as leis, a ação, não tem lugar nessa posição, para uma oposição de princípio. (...) Portanto para um adversário radical do sistema atual se encontra ante a seguinte alternativa: ou bem faz em cada momento oposição a maioria burguesa no governo, ou seja, não ser um membro ativo do governo, obviamente isto criaria uma situação insustentável obrigando a saída do governo, ou bem tenderia a colaborar, realizando as funções diárias requeridas para a manutenção e o funcionamento da máquina estatal, ou seja, na prática, não ser um socialista, ao menos no contexto de suas funções governamentais.” Luxemburgo assinala que o socialista que ocupa um governo burguês atua “realizando as funções diárias requeridas para a manutenção e o funcionamento da máquina estatal”, o contrário de seu objetivo, que é justamente a destruição dessa maquinaria estatal. Mas, dirão os defensores da teoria oportunista da participação dos socialistas em um governo capitalista... “pode-se conseguir reformas sociais desde de dentro” de um governo capitalista. Luxemburgo também responde este argumento: “aparece um fato que sempre esquece a política oportunista, o fato de que na luta da socialdemocracia, não é o que, mas sim como o que importa.” “Não é o mesmo”, disse, “um socialdemocrata que luta para conseguir essas reformas sociais enquanto desenvolve mediante a luta de classes sua oposição ao governo e, portanto, encadeia essa luta com a luta pelo objetivo final – a destruição do capitalismo –, que o socialista, que “está tratando de introduzir as mesmas reformas sociais que um membro do Governo, ou seja, apoiando ao mesmo tempo o Estado burguês”. Este, na realidade “está reduzindo seu socialismo a um democratismo burguês ou uma política operária burguesa”, sustenta. “Assim, ao mesmo tempo em que o aumento dos socialdemocratas nas representações populares permitiu o fortalecimento da luta de classes, sua penetração no governo somente pode trazer a corrupção e a desordem às fileiras da socialdemocracia.” Entre 1900 e 1901 Rosa Luxemburgo publicou outra série de artigos sobre “A crise socialista na França”, abordando mais uma vez o que considerava uma tática oportunista dos socialistas franceses. No primeiro destes artigos, Rosa Luxemburgo demonstra que 19 meses depois de constituído o governo, cada uma de suas “promessas” em matéria de reformas militares, sobre a questão de limitar o poder da Igreja e a luta contra os monarquistas, havia sido um fracasso, que não se havia levado adiante. Ou seja, que o governo que se postulava para “salvar a República” (este era o argumento dos socialistas para justificar sua presença no mesmo), não estava combatendo a aliança monárquico-eclesiástica-oligárquica. E em vez disso, ficava preso na posição de defender de forma conciliadora as políticas do governo. “Acima de tudo, a crítica implacável da política do governo é algo impossível para os socialistas de Jaurés. Quando querem açoitar o gabinete por sua debilidade, suas meias-medidas, sua traição, os golpes recaem sobre suas próprias costas. Se os esforços que fazem para defender a república terminam em um fiasco, surge imediatamente a pergunta do que faz um socialista em semelhante governo.” Por este motivo Rosa Luxemburgo sustenta que “o grupo de Jaurés se converteu em um segundo Prometeu Acorrentado”, já que está completamente limitado para questionar até o governo de que faz parte, para não “debilitá-lo”.

9. O Caso Dreyfus

- *J'accuse!*, em português “Eu acuso”, é o título da carta aberta (artigo) publicado em 13 de janeiro de 1898 no jornal *L'Aurore*, escrita pelo romancista e ativista político francês Émile Zola e dirigida ao então presidente Félix Faure. Trata-se de uma denúncia contra os oficiais que ocultaram a verdade no caso em que o oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus, foi acusado injustamente de traição e espionagem. Em razão da carta aberta, Zola acabou sendo processado e condenado por difamação. A segunda internacional posicionou-se em defesa de Dreyfus, no entanto, Rosa Luxemburgo criticou a perda da oportunidade de se fazer a crítica às forças armadas, ficando a campanha restrita à denúncia do antissemitismo e arbitrariedade do Exército. Para Rosa “*A contradição entre a República parlamentar e o exército permanente não pode encontrar solução senão na integração do exército na sociedade civil e na organização da sociedade civil em exército, na transformação do exército de instrumento de conquista e de domínio colonial em instrumento da defesa nacional, ou seja, na substituição do exército permanente por um exército de milicianos.*” (Rosa Luxemburgo, A crise do movimento socialista na França).

10. A Primeira Guerra Mundial

- “*Em Outubro de 1912 Montenegro declarou guerra à Turquia. O perigo de um conflito bélico mundial estava visível. O burô da Segunda Internacional organizou encontros contra a guerra e marcou um congresso extraordinário na Basiléia para 24 e 25 de Novembro de 1912. Os delegados aprovaram por unanimidade um manifesto conhecido como o Manifesto da Basiléia que declarava que a próxima guerra europeia só poderia ter um caráter inter-imperialista. Reafirmava a posição principista da luta operária contra a guerra adotada nos congressos anteriores. Recordando os exemplos da Comuna de Paris depois da guerra franco-prussiana e da revolução russa de 1905 durante a guerra russo-japonesa, o manifesto chamava a que em caso de ser declarada a guerra se deveria “utilizar com todas as forças a crise econômica causada pela guerra para sublevar as massas e precipitar assim a queda do domínio de classe capitalista.” Em Julho de 1914 o império austro-húngaro deu um ultimato à Servia. Os partidos da Segunda Internacional puseram em prática o primeiro mandamento do manifesto da Basiléia: “Se a guerra ameaça estourar (...) desenvolver todos os esforços com o objetivo de preveni-la por todos os meios que se considerem efetivos”. Em 29 de Julho quando as tropas austríacas entraram em Belgrado, foram organizadas imensas manifestações contra a guerra na Alemanha, Áustria, Itália, França e Bélgica. O partido alemão publicou um manifesto exigindo que seu governo não entrasse na guerra. Em 1 de Agosto, quando a Alemanha declarou guerra à Rússia, o dirigente alemão Hermann Müller assegurou que seu partido não votaria a favor dos créditos de guerra. Os dirigentes social-democratas confiavam que todas essas ações obrigariam seus governos a retroceder. Porém isso não aconteceu. Não foi possível impedir a guerra inter imperialista. Perante isto, a Segunda Internacional e seus partidos tinham que por em pratica o segundo mandamento do Manifesto da Basiléia. Essa era a verdadeira prova de fogo. Aí ia se provar o verdadeiro internacionalismo. Havia que enfrentar seu próprio imperialismo. Havia que praticar o derrotismo revolucionário, havia que transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária. A guerra era o divisor de águas entre os verdadeiros revolucionários e os capituladores. As guerras e revoluções são a grande prova.*

A Segunda Internacional não passou nessa prova. A imensa maioria dos dirigentes de todos os partidos acabaram votando a favor dos créditos de guerra de seus países e os

revolucionários ficaram reduzidos a uma minoria. Em relação aos partidos houve só duas honrosas exceções que não votaram a favor de seus próprios governos. Os russos e os sérvios (apesar destes terem suportado a pressão da invasão das tropas austríacas). Na Alemanha, o único deputado social-democrata que votou contra os créditos de guerra e além disso chamou os operários e soldados a voltar as armas contra seu próprio governo foi Karl Liebknecht. Todo o resto da social-democracia, segundo as palavras de Rosa Luxemburgo, era “um cadáver fétido”. O centro, representado por Kautsky, que nos congressos anteriores havia reafirmado a posição revolucionária frente à guerra, capitulou totalmente ao socialpatriotismo. Pelo papel do centrismo, a direita oportunista, que era minoria e que tinha sido derrotada em 1904, acabou impondo suas posições condenando à morte a Segunda Internacional. Lenin, em Abril de 1917, definiu assim o papel do centrismo: “O miolo do assunto é que o “centro” não está convencido da necessidade de uma revolução contra seu próprio governo, não prega a revolução, não impulsiona vigorosamente a luta revolucionária e com o objetivo de evadir dessa luta recorre às mais triviais desculpas ultra ‘marxistas’.” “O ‘centro’ é integrado pelos adoradores da rotina, desgastados pela gangrena da legalidade, corrompidos pela atmosfera parlamentar; são burocratas acostumados a posições cômodas e a trabalhos suaves. Histórica e economicamente falando não são um extrato diferente, senão que representam só uma forma de transição de uma fase anterior do movimento operário – a fase entre 1871 e 1914, que contribuiu com muitos elementos valiosos, particularmente a arte indispensável de sustentar um trabalho organizativo lento, sistemático em grande escala – a uma nova fase que se fez objetivamente essencial com o estouro da Primeira Guerra Mundial, que inaugura a era da revolução social” (Obras completas, tomo XXIV). A II Internacional tinha cumprido um papel muito importante. Trotsky no “A Guerra e a Internacional” disse: “A Segunda Internacional não tinha existido em vão. Tinha conseguido fazer um gigantesco trabalho educativo. Nunca antes na história havia existido algo semelhante. Tinha educado e aglutinado ao seu redor as classes oprimidas. O proletariado agora não tem que começar do princípio. Não entra no novo caminho com as mãos vazias”. Porém, ao cometer a grande traição de votar os créditos de guerra, defendendo os interesses de seus respectivos imperialismos, pisoteou a independência de classe e o internacionalismo proletário, princípios centrais do marxismo. Isto provocou sua morte como internacional revolucionária. Passou à manutenção do sistema burguês.” Alicia Sagra, História das Internacionais Socialistas.

11. A conferência de Zimmerwald

- “Ante a degeneração da II Internacional, de seu interior surgiu um reduzido grupo de revolucionários que seguiu batalhando pelas bandeiras do internacionalismo proletário. Entre eles estavam Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht... Em Setembro de 1915 se realizou em Zimmerwald (Suíça) uma conferência internacional na qual participaram setores que estavam contra a política assumida frente à guerra. Da conferência de Zimmerwald participaram 44 delegados, entre eles Trotsky, que descreve a reunião da seguinte maneira: “Nos acomodamos como pudemos em quatro carros e tomamos o caminho da serra. As pessoas ficavam olhando com curiosidade esta estranha caravana. Para nós não deixava tampouco de ser engraçado que, cinquenta anos depois de fundada a Primeira Internacional, todos os internacionalistas do mundo pudessem caber em quatro carros. Porém naquela brincadeira não havia o menor ceticismo. O fio da história se rompe com grande frequência. Quando ocorre tal coisa, não há nada a fazer senão juntá-lo de novo. Isto é precisamente o que íamos fazer em Zimmerwald”. “Os quatro dias que duraram a conferencia foram agitadíssimos. Foi um grande esforço

fazer que saísse um manifesto coletivo, esboçado por mim, a ala revolucionária representada por Lenin e a ala pacifista (...) O manifesto (que foi aprovado) não dizia, nem ao menos tudo o que devia dizer; porém era, apesar de tudo, um grande passo a frente. Lenin se mantinha na extrema esquerda. Frente a uma série de pontos estava só. Eu não me contava formalmente entre a esquerda, ainda que me identificasse com ela no fundamental. Lenin conteve em Zimmerwald o ânimo para as empreitadas internacionalistas que havia que cometer e pode-se dizer que naquele vilarejo da montanha suíça foi onde se colocou a primeira pedra para a internacional revolucionária.”No início do conflito mundial, pareciam figuras isoladas, perseguidas, desamparadas. No entanto, mantinham a confiança em suas ideias, na capacidade de recuperação das forças anticapitalistas e nas possibilidades da revolução socialista. Trotsky o expressou assim: “Se a guerra escapa ao controle da Segunda Internacional, suas consequências imediatas sairão do controle da burguesia do mundo todo. Nós, os revolucionários socialistas não quisemos a guerra. Porém, não a tememos. Não nos entregamos ao desespero pelo fato de que a guerra rompeu a Internacional. A história já se encarregou disto”. “A época revolucionária criara novas formas de organização surgidas dos recursos inesgotáveis do socialismo proletário, novas formas que estarão à altura da grandeza das novas tarefas. Nos dedicaremos a este trabalho de imediato, entre o rugir das metralhadoras, a derrubada das catedrais e o patriótico uivo dos chacais capitalistas. Conservaremos nossas mentes claras, nossa visão aguda, dentro desta música infernal de morte. Nos sentimos como a única força criadora do futuro. Hoje já existem muitos de nós, mais do que parece. Amanhã seremos mais do que somos hoje e depois de amanhã milhões se levantarão sob nossa bandeira, milhões que todavia hoje sessenta e sete anos depois do Manifesto Comunista não têm nada a perder, senão suas cadeias.” Alicia Sagra, História das Internacionais Socialistas.

12. Lenin, A Falência da II Internacional e A revolução proletária e o Renegado Kautsky

Trechos destas obras serão lidos nos grupos

13. Liebknecht antes de ser assassinado (contra a guerra)

14. Revolução Russa

- Parte-se do princípio que os cursistas fizeram o curso básico de dois dias sobre a Revolução Russa. Sublinhar o acontecimento que mudou o mundo. Fazendo o gancho com sua influência no Brasil. Superação do anarquismo no movimento operário e fundação do partido comunista em 1922.

15. Brasil: Confederação Operária Brasileira

- A Confederação Operária Brasileira (COB) foi a primeira central sindical do Brasil, fundada em 1908, sob as bases de acordo do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 (significativa influência anarquista). Através de seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, permitiu uma certa coordenação e troca de informações no interior do movimento

operário brasileiro em nível nacional. A COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados. Durante os primeiros anos de existência, a COB reuniu cerca de 50 sindicatos, sobretudo os organizados na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), na Federação Operária de São Paulo (FOSP) e na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), principais bases de sustentação da confederação, e também aqueles organizados na Federação Socialista Baiana (FSB), na Federação Operária Local de Santos (FOLS), entre outras.

16. Revolta da Chibata

- O Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira em 1910, contava com cerca de 812 mil habitantes. Perante a ação dos marinheiros que colocaram lenços vermelhos no pescoço e ameaçaram bombardear a capital, parte da população, que tinha recursos para isso, fugiu do centro da cidade para os subúrbios ou Petrópolis, enquanto outros correram para o cais para acompanhar o movimento, demonstrando simpatia e solidariedade aos marinheiros rebeldes. Eram na sua maioria negros e pobres, como os marujos, decepcionados com o governo republicano que não melhorou suas vidas, ao contrário, os excluiu e criminalizou. O governo republicano que ia “civilizar” a capital, prendeu os pobres por “vadiagem” e derrubou suas casas. O governo que ia “civilizar” a Marinha modernizando sua frota, em 12 de abril de 1890 criou, através do Decreto 328 de Deodoro da Fonseca, a “Companhia Correccional” na Marinha, reintroduzindo o castigo físico que havia sido abolido em 16 de novembro de 1889. Cedeu às exigências da oficialidade branca que considerava a chibata indispensável para a manutenção da disciplina a bordo. Na hierarquia da Marinha existia um abismo de *raça* e *classe*: de um lado, uma massa de marinheiros e praças negros filhos de escravos libertos, como João Candido; do outro lado, uma pequena porção de oficiais brancos filhos de proprietários de terras. Os marinheiros dos encouraçados constituíam um “proletariado embarcado”, que contava com trabalhadores especializados: artilheiros, eletricitas, foguistas, mecânicos, timoneiros, telegrafistas, etc. Submetidos a um regime de trabalho desumano, insubordinavam-se e as punições tornavam-se cada vez mais duras. A duração dos castigos ficava a critério dos oficiais e, não raro, ultrapassavam muito o “limite” de 25 chibatadas. O marujo castigado tinha os vencimentos reduzidos à metade, era rebaixado de posto e poderia ficar detido por meses. A situação tornou-se insuportável. Embora as reivindicações dos marinheiros incluíssem aumento de salários, redução da jornada com uma nova “tabela de serviços” e educação dos marinheiros, o fim dos castigos físicos ganhou centralidade durante o movimento. O deputado escolhido como interlocutor junto aos amotinados, tendo testemunhado os efeitos do açoite, anunciou na Câmara que as costas do marujo Marcelino pareciam “as de uma tainha pronta para ser salgada”. A imagem de marinheiros negros sendo amarrados e açoitados na presença de seus pares repercutiu na imprensa. Nos cinco dias em que os navios de guerra estiveram sob o total controle dos marinheiros, a denúncia da situação dos marujos ganhou todo o mundo, revelando que o racismo no convés os tornava verdadeiros escravos dos oficiais brancos. Não por acaso, o fim dos castigos físicos ocuparia papel de destaque nas reivindicações dos marinheiros rebeldes. A revolta não foi espontânea. Há registros de várias reuniões ocorridas em segredo para preparar a tomada dos navios pelos marinheiros. Foi uma ação

revolucionária organizada por um setor explorado e oprimido, como relata João Cândido.

Sem ter como enfrentar os marinheiros e seus canhões, o governo republicano foi obrigado a negociar e anunciou o fim dos castigos físicos e a anistia para os rebeldes. Entretanto, com a retomada do controle sobre os navios de guerra, a anistia foi desrespeitada. Dois dias após o término da revolta, foi assinado um decreto que permitiu a "exclusão" dos marinheiros da marinha. Iniciaram-se as prisões. Em dezembro, o início de uma revolta no Batalhão Naval da Ilha das Cobras foi duramente reprimido. Decretado Estado de Sítio. Mais de cem marinheiros foram enviados, junto a outros detentos, num navio para o Acre. Dezenas foram fuzilados. Não foi este o destino de João Cândido, líder da revolta. João Cândido foi preso com outros 17 marinheiros numa cela na Ilha das Cobras onde jogaram cal para envenená-los. Morreram sufocados 16 marinheiros. João Cândido sobreviveu e sofreu por toda vida intensa perseguição, sendo internado num hospital psiquiátrico e demitido de todos os empregos pelos quais passou, sem jamais sofrer qualquer reparação do Estado. Apesar da violenta repressão ocorrida após a anistia, com centenas de presos, dezenas de mortos e 1.200 expulsos da corporação, os castigos físicos foram extirpados da Marinha como resultado da rebelião dos marinheiros negros. João Cândido tornou-se um símbolo da resistência negra e a Revolta da Chibata, a ação revolucionária dos marinheiros negros, um dos capítulos mais importantes da história do Brasil.

17. Greve Geral 1917

Ler o ppt